



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA  
DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE BOA VISTA - RORAIMA**

PROCESSO N. 0822772-77.2020.8.23.0010

**ESPÓLIO DE FRANCISCA GALVÃO DE ANDRADE,**  
devidamente representado por **ANA SIGRID ANDRADE DA SILVA  
LOPES**, devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem  
por intermédio dos seus advogados que esta subscrevem, com  
fundamento no artigo 994, I e 1.009 e seguintes do CPC/15, propor o  
presente:

**RECURSO DE APELAÇÃO**

**1.** Em desfavor da r. Sentença, que condenou a Apelante ao  
pagamento de honorários advocatícios, em razão do requerimento de  
desistência da ação.

**2.** Destarte, a Apelante requer desde já seja o Recurso recebido  
em seu duplo efeito devolutivo e suspensivo, requerendo também a  
intimação dos Apelados para apresentação das Contrarrazões, e ao final,  
a remessa dos autos para o Egrégio Tribunal de Justiça de Roraima, para  
que dele conheça e julgue o recurso na conformidade das razões a seguir  
delineadas.

Termos em que,





Pede e espera deferimento.

Boa Vista/RR, 11 de dezembro de 2020.

**KAIRO ÍCARO ALVES DOS SANTOS**  
**OAB/RR 792**

**MARCO ANTONIO BARTHOLOMEW DE OLIVEIRA HADAD**  
**OAB/RR 988**

**RENATA HADAD**  
**OAB/RR 1776**





## **EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA**

### **RAZÕES RECURSAIS**

PROCESSO N: 0822772-77.2020.8.23.0010

APELANTE: ESPÓLIO DE FRANCISCA GALVÃO DE ANDRADE,  
representado por ANA SIGRID ANDRADE DA SILVA LOPES

PRIMEIRO APELADO: DETRAN/RR

SEUGUNDO APELADO: SEGURADORA LÍDER DPVAT

#### **I – DA TEMPESTIVIDADE**

**3.** O presente Recurso de Apelação é plenamente tempestivo, porquanto apresentado dentro do prazo de 15 (quinze) dias úteis.

**4.** A Sentença foi proferida no EP. 23, tendo o Apelante oposto Embargos de Declaração, cuja decisão denegatória dos Embargos foi proferida no EP. 47.

**5.** Assim, da decisão dos Embargos de Declaração, foi expedida intimação no dia 24.11.2020, conforme EP. 49, cuja leitura se deu na data de 04.12.2020 (EP. 54).

**6.** Salienta-se que, conforme a Portaria 1111 (Doc. 01), os dias 07 e 08 de dezembro foram feriados forenses, não havendo que se falar em contagem de prazo processual para interposição da Apelação.

**7.** Além disto, em 20.12.2020 há suspensão do expediente forense, retomando a contagem dos prazos somente em 21.01.2020 (primeiro dia útil após as férias forenses).

**8.** Logo, o primeiro dia útil do prazo é o dia 09.12.2020 e o termo final é o dia 29.01.2020.

**9.** Portanto, a presente Apelação é totalmente tempestiva.



## II – SÍNTESE PROCESSUAL E DA SENTENÇA

**10.** Foi proposta Ação Declaratória c/c Obrigação de Não Fazer, em desfavor do DETRAN/RR e Seguradora Líder DPVAT, em razão da cobrança indevida de taxas de licenciamento e seguro sobre motocicleta pertencente à *de cujus* Francisca Galvão de Andrade, cujo veículo não se conhecia o paradeiro, podendo, ter sido vendido ou objeto de furto.

**11.** Em seguida, não concedida a medida liminar, foi determinada a citação dos Réus, ora Apelados. A expedição das citações ocorreram na data de 21.09.2020, para ambos Apelados (Detran/RR e Seguro DPVAT), consoante EP. 10 e 11.

**12.** Em seguida, o Segundo Apelado (DPVAT) realizou a leitura da citação em 22.09.2020 (EP. 12), enquanto que a Apelante, neste meio tempo, formulou pedido de desistência da ação no dia 28.09.2020 (EP. 13).

**13.** Acontece que, até o momento processual da desistência da ação em 28.09.2020, a triangulação do processo não estava completa, eis que a Ação foi proposta em desfavor de dois Réus, ou seja, dois Apelados, tendo sido o Primeiro Apelado citado somente em 02.10.2020 (EP. 16).

**14.** Não obstante isto, o Segundo Apelado DPVAT apresentou contestação em EP. 19 em 02.10.2020 e o Primeiro Apelado Detran/RR sequer se defendeu.

**15.** Após, os autos foram extintos em razão da desistência da Ação (EP. 23), sendo arbitrados honorários advocatícios de sucumbência na importância de R\$ 1.000,00 (um mil reais) indevidamente.

**16.** Diga-se indevidamente porque a triangulação processual não estava completa ao ponto de ensejar a condenação:

### “SENTENÇA RELATÓRIO



Trata-se de Execução Fiscal proposta por Autor(s) FRANCISCA GALVÃO ANDRADE representado(a) por ANA SIGRID ANDRADE DA SILVA em face de Réu(s) DETRAN/RR -Departamento Estadual de Trânsito de Roraima e Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A.

O Autor(s) FRANCISCA GALVÃO ANDRADE representado(a) por ANA SIGRID ANDRADE DA SILVA apresentou desistência da ação no EP nº 13, antes de ser oferecida contestação (EP. 19).

(...)

**Fixo honorários em R\$1.000,00 (um mil reais), a serem pagos pelo autor ao réu, nos termos dos arts. 85, §8º, e 90 doCPC.**

**Após o trânsito em julgado, pagas as custas, archive-se.”**

17. Sobre a Sentença que extinguiu o processo pela desistência e arbitrou honorários de sucumbência, foram opostos Embargos de Declaração em razão do erro material e contradição com a legislação processual vigente (EP. 36).

18. Os Embargos foram recebidos e julgados improvidos, conforme Decisão do EP. 47.

19. Na decisão que rejeitou os Embargos, o Juízo entendeu que apesar de nem todos os Réus, ora Apelados, terem sido citados à época da formulação do pedido de desistência, o fato de pelo menos um ter sido já era suficiente a ensejar a condenação, eis que:

**“Note-se que uma das partes já havia sido citada quando da apresentação do pedido de desistência,** sem que tenha mesmo juntado ao processo a sua defesa, até mesmo pelo fato de que o prazo para tal não havia se iniciado, já que pendente a citação do outro réu.

Citação e apresentação de defesa são, portanto, dois eventos processuais distintos.

(...)

“Mostra-se clara da leitura do relatório, a inexistência de matéria a ser enfrentada pela estreita via dos embargos de declaração, conforme rol exaustivo apresentado no art. 1.022 do Código de Processo Civil, **buscando o embargante, exclusivamente, a reconsideração da sentença embargada, para que lhe seja mais favorável.**

(...)

III – DISPOSITIVO

Assim, diante do exposto, demonstrado que a sentença embargada encerra análise e fundamentação adequada, suficiente e clara, conheço dos embargos de declaração em



epígrafe, por restarem atendidos os requisitos de admissibilidade, para o fim de julgá-los **IMPROCEDENTES.**”

**20.** Entretanto, em que pese a fundamentação da decisão, a condenação da Apelante ao pagamento dos honorários de sucumbência não merece prosperar, em virtude das razões a seguir expostas.

### **III – DAS RAZÕES PARA REFORMA**

#### **III.i – DO PEDIDO DE DESISTÊNCIA FORMULADO ANTES DA CONTESTAÇÃO E CITAÇÃO DE AMBOS APELADOS. TRIANGULAÇÃO PROCESSUAL INEXISTENTE À ÉPOCA DO PEDIDO**

**21.** Conforme delineado em linhas passadas, quando a Apelante formulou o pedido de desistência da ação em 13.10.2020 (EP.23), somente o Segundo Apelado havia sido citado em 22.09.2020 (EP. 12), não havendo ainda a triangulação processual.

**22.** Para melhor verificar a ordem cronológica dos acontecimentos no processo, segue quadro ilustrativo para a compreensão:

ANDAMENTO	DATA	EVENTO PROCESSUAL
Distribuição da Ação	04/09/2020	Ep. 01
Expedição Citação - DETRAN/RR (1º Apelado)	21/09/2020	Ep. 10
Expedição Citação - DPVAT (2º Apelado)	21/09/2020	Ep. 11
Leitura da Citação - DPVAT	22/09/2020	Ep. 12
Pedido de Desistência	22/09/2020	Ep. 13
Leitura da Citação - DETRAN/RR	02/10/2020	Ep. 16
Contestação DPVAT	02/10/2020	Ep. 19
Extinção do Processo	13/10/2020	Ep. 23



**23.** Verifica-se do quadro ilustrativo do andamento processual que, não obstante o Segundo Apelado DPVAT ter sido citado e **apresentado Contestação após o pedido de desistência**, o Primeiro Apelante sequer havia sido citado e se defendido.

**24.** Além do mais, a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios em casos de desistência da ação está expressamente prevista no art. 90 combinado com o art. 1.040, §2º do CPC/2015:

Art. 90. Proferida sentença com fundamento em desistência, em renúncia ou em reconhecimento do pedido, as despesas e os honorários serão pagos pela parte que desistiu, renunciou ou reconheceu.

**Art. 1.040, §2º Se a desistência ocorrer antes de oferecida contestação, a parte ficará isenta do pagamento de custas e de honorários de sucumbência.**

**25.** De igual modo, os precedentes dos Tribunais é no mesmo sentido de que não apresentada a defesa até o pedido de desistência, é indevida a condenação em honorários de sucumbência:

**DESISTÊNCIA DA AÇÃO ANTES DA APRESENTAÇÃO DE CONTESTAÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA INDEVIDOS.** O § 2º do artigo 1040 do CPC, inserto na subseção de recursos repetitivos, estabelece que **caso a desistência ocorra antes de oferecida a contestação, a parte ficará isenta do pagamento de custas e honorários de sucumbência.** No caso, apresentado o pedido de desistência da ação pelo sindicato autor, antes da oferta da defesa, não há obrigação do pagamento de honorários de sucumbência. (TRT-7 - RO: 00003783420185070024, Relator: JOSE ANTONIO PARENTE DA SILVA, Data de Julgamento: 13/09/2018, Data de Publicação: 27/09/2018)

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE CONHECIMENTO. DESISTÊNCIA ANTES DA CITAÇÃO. VERBA HONORÁRIA. DESCABIMENTO. **1. A petição de desistência da autora foi protocolizada em 25.05.2017, e a remessa/carga dos autos para a contestação da ré ocorreu em 26.05.2017, caso em que é indevida a verba honorária de sucumbência.** Nesse sentido: REsp 638.382/DF, r. Eliana Calmon, 2ª Turma/STJ em 14.03.2006. 2. Apelação da autora provida. (TRF-1 - AC: 00058631420164013814, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL NOVÉLY VILANOVA, Data de Julgamento:







04/11/2019, OITAVA TURMA, Data de Publicação:  
22/11/2019)

**DESISTÊNCIA DA AÇÃO ANTES DE OFERECIDA A CONTESTAÇÃO. CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. INDEVIDA.**

A desistência da ação pela parte autora antes do oferecimento da contestação implica na isenção do pagamento de custas e de honorários advocatícios. Inteligência do § 2º do art. 1040, do CPC/2015, de aplicação subsidiária ao processo do trabalho: "Se a desistência ocorrer antes de oferecida contestação, a parte ficará isenta do pagamento de custas e de honorários de sucumbência". (TRT da 3.<sup>a</sup> Região; PJe: 0010764-54.2018.5.03.0180 (RO); Disponibilização: 29/01/2019; Órgão Julgador: Decima Turma; Relator: Adriana Goulart de Sena Orsini). Provimento nesses termos.

**26.** Logo, conforme se verifica da legislação processual e dos precedentes, não pode a Apelante ser condenada no ônus da sucumbência quando o pedido de desistência foi formulado antes da apresentação da contestação e da citação de um único Apelado (são dois – pluralidade de Réus).

**27.** Portanto, em razão do acima exposto, a Sentença merece ser reformada no que tange a imposição dos honorários de sucumbência, em virtude da flagrante lesão à norma processual civil.

#### **IV – DOS PEDIDOS**

**28.** Diante de todo o acima exposto, vem o Apelante à presença de Vossa Excelência, requerer seja o presente Recurso de Apelação recebido e provido em todos os seus pedidos, para o fim de **REFORMAR A SENTENÇA E DECISÃO PROFERIDA DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**, revogando definitivamente a condenação imposta à Apelante ao pagamento dos honorários de sucumbência na importância de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

**29.** No mais, caso Vossa Excelência entenda pela manutenção da condenação, requer que sejam os honorários minorados, com fundamento no artigo 90 e 1.040, §2º do CPC/15, visto que nem todos os





Apelados foram citados e a desistência se deu em momento anterior à contestação.

**30.** Por fim, requer sejam todas as futuras intimações expedidas em nome do Dr. Kairo Ícaro Alves dos Santos, inscrito na OAB/RR 792, sob pena de nulidade absoluta.

Termos em que

Pede e espera deferimento.

Boa Vista/RR, 11 de dezembro de 2020.

**KAIRO ÍCARO ALVES DOS SANTOS**  
**OAB/RR 792**

**MARCO ANTONIO BARTHOLOMEW DE OLIVEIRA HADAD**  
**OAB/RR 988**

**RENATA HADAD**  
**OAB/RR 1776**





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA  
Comissão Permanente de Legislação e Jurisprudência  
*"Amazônia, patrimônio dos brasileiros"*

**Este texto não substitui o original publicado no Dje**

**PORTARIA N. 1111, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019.**

**A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições legais,

**CONSIDERANDO** o teor do procedimento SEI n. 0014398-31.2019.8.23.8000,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Divulgar os feriados e os pontos facultativos nos Órgãos do Poder Judiciário do Estado de Roraima, nas datas do exercício de 2020, nas respectivas Comarcas, conforme Anexo Único desta Portaria.

**Art. 2º** Os feriados ou pontos facultativos decretados pelos Poderes Públicos no âmbito da respectiva circunscrição que não constam do Anexo Único desta Portaria, deverão ser comunicados à Secretaria de Gestão de Pessoas do Tribunal de Justiça, para fins de registro no Sistema de Ponto Eletrônico e demais providências pertinentes.

**Art. 3º** Ficam suspensos o expediente e os prazos processuais nas unidades judiciais e administrativas do Tribunal de Justiça, constantes do Anexo Único desta Portaria, nas datas consideradas como feriados ou pontos facultativos.

**Art. 4º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

**Desembargador MOZARILDO  
MONTEIRO CAVALCANTI Presidente**

Fonte: Diário da Justiça Eletrônico. [Ed. 6592](#), 20. dezembro. 2019, p. 10-11.

**ANEXO ÚNICO DA PORTARIA N. 1111, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019.**

DATA	DESCRIÇÃO	COMARCA
1º a 6/1/2020	Recesso forense	Todas as Comarcas
1º/1/2020	Dia Nacional da Confraternização Universal	Todas as Comarcas
20/1/2020	Dia de São Sebastião	Comarca de Boa Vista e Caracarái
24 a 26/2/2020	Segunda e terça-feira de carnaval e quarta-feira de cinzas	Todas as Comarcas
8 a 10/4/2020	Semana Santa	Todas as Comarcas
20/4/2020	Ponto Facultativo referente ao feriado do dia 21/4/2020	Todas as Comarcas
21/4/2020	Dia de Tiradentes	Todas as Comarcas
1º/5/2020	Dia do Trabalhador	Todas as Comarcas
11/6/2020	Corpus Christi	Todas as Comarcas
12/6/2020	Ponto Facultativo referente ao feriado do dia 11/6/2020	Todas as Comarcas

29/6/2019	Dia de São Pedro	Comarca de Boa Vista
9/7/2020	Aniversário do Município de Boa Vista	Comarca de Boa Vista
10/7/2020	Ponto Facultativo referente ao feriado do dia 9/7/2020	Comarca de Boa Vista
10/8/2020	Ponto Facultativo referente ao feriado do dia 11/08/2020	Todas as Comarcas
11/8/2020	Dia dos Magistrados	Todas as Comarcas
7/9/2020	Independência do Brasil	Todas as Comarcas
5/10/2020	Aniversário do Estado de Roraima	Todas as Comarcas
12/10/2020	Nossa Senhora de Aparecida	Todas as Comarcas
28/10/2020	Dia do Servidor Público	Todas as Comarcas
2/11/2020	Dia de Finados	Todas as Comarcas
20/11/2020	Dia da Consciência Negra	Todas as Comarcas
7/12/2020	Ponto Facultativo referente ao feriado do dia 8/12/2020	Todas as Comarcas
8/12/2020	Dia da Justiça e Nossa Senhora da Conceição	Todas as Comarcas
20 a 31/12/2020	Recesso forense	Todas as Comarcas

24/12/2020	Ponto Facultativo referente ao feriado do dia 25/12/2020	Todas as Comarcas
25/12/2020	Natal	Todas as Comarcas
31/12/2020	Ponto Facultativo referente ao feriado do dia 1º/1/2021	Todas as Comarcas



b) Feriados dos municípios do interior do estado:

DATA	DESCRIÇÃO	COMARCA
28 e 29/2/2020	Carna Brasil Lei nº 191/2012	Comarca de Pacaraima
6/3/2020	Micaraima Lei nº 159/2009	Comarca de Pacaraima
19/3/2020	Dia do Funcionário Público Municipal e São José do Operário	Comarca de Mucajaí e Caracaraí
26 a 28/3/2020	Festejo da Comunidade Surumu/Barro Lei nº 237/2016	Comarca de Pacaraima
13/5/2020	Dia da Nossa Senhora de Fátima	Comarca de Mucajaí
15/5/2020	Dia de Santo Izidoro	Comarca de Alto de Alegre
27/5/2020 (Tornada sem efeito pela <a href="#">Portaria nº 221/2020</a> )  29/5/2020 (Redação dada pela <a href="#">Portaria nº 221/2020</a> )	Aniversário do Município de Caracaraí	Comarca de Caracaraí
1/7/2020	Aniversário dos Municípios de Alto Alegre, Bonfim, Mucajaí e São Luiz do Anauá	Comarca de Alto Alegre, Bonfim, Mucajaí e São Luiz do Anauá
15/8/2020	Dia da Nossa Senhora de Assunção	Comarca de Rorainópolis
25/8/2019	Dia de São Luiz	Comarca de São Luiz do Anauá
24/9/2020	Dia Consagrado a Nossa Senhora do Livramento	Comarca de Caracaraí
4/10/2020	Dia de São Francisco de Assis	Comarca de Pacaraima
17/10/2020	Aniversário dos Municípios de Pacaraima e Rorainópolis	Comarca de Pacaraima e Rorainópolis



13/12/2020	Dia de Santa Luzia	Comarca de Caracará
------------	--------------------	---------------------



 <div>86610000000-3 48880574106-0 02020122800-2 10200056545-1</div> <div><b>GUIA DE ARRECAÇÃO JUDICIÁRIA</b></div>					
Órgão: <b>FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIÁRIO DE RORAIMA</b>	CNPJ: <b>05.741.060/0001-89</b>	Agência: <b>3797-4</b>	Conta: <b>51669-4</b>	Valor do Documento: <b>R\$ 48,88</b>	Vencimento: <b>28/12/2020</b>
Comarca: <b>BOA VISTA</b>	Nº G.A.J.: <b>010.20.0056545</b>	Valor da Causa: <b>R\$ 1.000.00</b>		Processo: <b>0822772-77.2020.8.23.0010</b>	
Contribuinte: <b>Francisca Galvão Andrade</b>				CPF/CNPJ: <b>036.702.602-34</b>	
 <div>Autenticação Mecânica</div>					

 <div>86610000000-3 48880574106-0 02020122800-2 10200056545-1</div> <div><b>GUIA DE ARRECAÇÃO JUDICIÁRIA</b></div>					
Órgão: <b>FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIÁRIO DE RORAIMA</b>	CNPJ: <b>05.741.060/0001-89</b>	Agência: <b>3797-4</b>	Conta: <b>51669-4</b>	Valor do Documento: <b>R\$ 48,88</b>	Vencimento: <b>28/12/2020</b>
Comarca: <b>BOA VISTA</b>	Nº G.A.J.: <b>010.20.0056545</b>	Valor da Causa: <b>R\$ 1.000.00</b>		Processo: <b>0822772-77.2020.8.23.0010</b>	
Contribuinte: <b>Francisca Galvão Andrade</b>				CPF/CNPJ: <b>036.702.602-34</b>	
Descrição das receitas <b>01. APELAÇÃO</b> <b>02. Taxa Judiciária II</b>				Valor R\$ <b>R\$ 18,88</b> <b>R\$ 30,00</b>	
OBS.: <b>PAGÁVEL EM QUALQUER AGÊNCIA BANCO DO BRASIL OU PAP – CORRESPONDENTE BANCO DO BRASIL</b> <b>CASO A PARTE SEJA AMPARADA POR SIGILO PROCESSUAL, O CONTRIBUINTE DEVERÁ PROVAR, OBRIGATORIAMENTE,</b> <b>NO PROCESSO DE ORIGEM DESTA PAGAMENTO, AS INFORMAÇÕES DE QUITAÇÃO DESTA GUIA COM A JUNTADA DE</b> <b>COMPROVANTE BANCÁRIO CONTENDO O CÓDIGO DE BARRAS DA GUIA.</b>				<b>R\$ 48,88</b>	
 <div>Autenticação Mecânica</div>					



SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL  
11/12/2020 - AUTO-ATENDIMENTO - 19.16.14  
5780005780

COMPROVANTE DE PAGAMENTO

CLIENTE: KAIRO I ALVES DOS SANTOS

AGENCIA: 5780-0 CONTA: 30.445-X

=====

Convenio FUNDEJUR - REC CUSTAS JUD

Codigo de Barras 86610000000-3 48880574106-0

02020122800-2 10200056545-1

Data do pagamento 11/12/2020

Valor Total 48,88

=====

DOCUMENTO: 121102

AUTENTICACAO SISBB:

4.C9E.B17.309.FB9.378

